



REQUERIMENTO N.º 966/VII/4 (AC)

No domínio da comunicação social, o Governo tem proclamado a necessidade de um serviço público de rádio e de televisão.

A verdade é que o serviço público da rádio e televisão pouco mais tem sido do que a justificação e o alibi para mascarar a evidente incapacidade do Governo em reformar a RTP e a RDP sendo público o avolumar das dificuldades económicas e financeiras daquelas empresas.

De cada vez que o Governo proclama os objectivos do serviço público segue-se normalmente mais dificuldades financeiras, mais endividamento, novos conselhos de administração, mais reestruturações internas, novas mudanças de lugares e alguns processos disciplinares, tudo numa estrondosa girândola de factos que só contribuem para agravar a situação existente, debilitar as empresas, comprometer o futuro dos seus trabalhadores e sobrecarregar os contribuintes.

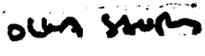
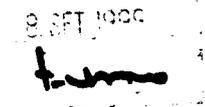
O Primeiro-Ministro reconheceu já publicamente que o Governo ficou aquém do que pretendia no sector. Conhecida a proverbial benevolência que caracteriza o actual Primeiro-Ministro podemos todos entender melhor o alcance desta confissão pública...

Sendo mais mediática e citada a situação na televisão do Estado a verdade é que é igualmente preocupante a situação na RDP.

Em nome de uma reestruturação interna, a RDP está a pôr fim a algumas delegações que tem mantido em vários pontos do País. Ou seja, a RDP, a quem está cometida a função de exercer o serviço público de rádio, recebendo contrapartidas financeiras para garantir uma estrutura mais próxima das populações dando a conhecer os seus problemas e procurando dar voz aos seus anseios está, de facto, a promover a situação contrária.

Exemplo disso mesmo é o que se passa com a delegação de Braga da RDP. Tanto quanto é do nosso conhecimento, a RDP, embora mantenha para já as suas instalações nesta cidade, comunicou já ao seu correspondente que aqui presta serviço que extinguiu esta delegação remetendo para o Centro Regional Norte, localizado no Porto, a responsabilidade da cobertura noticiosa dos acontecimentos do distrito de Braga.

Esta situação não pode deixar de ter explicações públicas.


8. SET 1996




GRUPO PARLAMENTAR

Assim nos termos regimentais aplicáveis, requeiro ao Governo, através do Secretário de Estado da Comunicação Social, as informações seguintes:

1. A decisão da RDP de extinguir a delegação de Braga é ou não definitiva?
2. Quais os fundamentos desta decisão?
3. Para além da situação da delegação de Braga da RDP há ou não outras delegações em risco de encerramento e, em caso afirmativo, quais?
4. No caso de encerramento, qual a solução para o pessoal que presta serviço nessas delegações sabendo-se que estão em causa trabalhadores com diferentes tipos de vínculos laborais à RDP.
5. Como pensa a RDP garantir a prestação de um efectivo serviço público nos distritos em que está a extinguir as suas delegações?
6. Está previsto qualquer corte nas participações financeiras do Estado à RDP por esta estar a proceder ao encerramento das suas delegações?

Palácio de S. Bento, 7 de Setembro de 1999

O Deputado do PSD,

(Miguel Macedo)